



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Votos, política orçamentária e seus impactos no Brasil: uma análise da alocação de emendas parlamentares individuais destinadas aos municípios
Autor	LIDIA NICOLE DOS SANTOS TEN CATE
Orientador	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

Votos, política orçamentária e seus impactos no Brasil: uma análise da alocação de emendas parlamentares individuais destinadas aos municípios

Lidia Nicole Ten Cate¹

André Marengo²

RESUMO

O estudo apresentado tem como objetivo identificar padrões na alocação de emendas orçamentárias individuais nos municípios brasileiros, analisando se a destinação desse recurso segue um padrão de utilidade social, sendo destinadas para municípios com maior desigualdade e baixo desenvolvimento humano ou uma lógica de racionalidade eleitoral que busca maximização de votos. O objeto de estudo é o projeto de lei orçamentária federal de 2015. A hipótese apresentada se embasa em teorias da racionalidade do voto (DOWNS, 1999), comportamento de parlamentares (AMES, 2003) e propõem duas sentenças, a primeira (H1) sugere que a alocação de emendas orçamentárias parlamentares não possui correlação com critérios de utilidade social, correspondentes a alta desigualdade e baixo desenvolvimento humano de cada município. A segunda (H2) considera que a alocação de emendas orçamentárias parlamentares segue critério de racionalidade eleitoral, sendo mais prováveis em municípios com dominância eleitoral de deputados e continuidade partidária de prefeitos. As emendas parlamentares são uma forma de aumentar os recursos disponíveis para realização de atividades, nos municípios estes recursos tendem a ter maior visibilidade uma vez que as realizações são mais perceptíveis da perspectiva dos cidadãos. Desta forma o comportamento de alocação pode ser relacionado a disputa por votos, onde são considerados não só as funções de utilidade dos eleitores, mas também as propostas dos oponentes (DOWNS, 1999) utilizando-se das emendas como instrumento na busca por maximização do apoio político. Isto posto, pode-se inferir que prefeitos com resultados eleitorais na eleição de 2012 com índices de dominância eleitoral baixos (VANHANEN, 2000), estarão mais dispostos a disputar emendas para conseguir se manter no poder. Por outro lado, a continuidade de um mesmo partido no poder poderá indicar a manutenção de vínculos mais fortes com parlamentares e assim sendo o direcionamento de emendas ao município seria favorecido. A metodologia empregada partiu da confecção de um banco de dados, análises descritivas e de correlação entre o recebimento de emendas e características sociais, demográficas e eleitorais. Utilizando as informações disponíveis o banco contou com 4965 municípios, sendo dentro deste grupo 824 beneficiários de emendas. Os resultados obtidos até o momento acolhem a hipótese levantada de uso da racionalidade eleitoral (AMES, 2003), apesar de serem necessárias mais análises, a continuidade eleitoral municipal se apresenta como um fator com significância estatística e impacto sobre o recebimento de emendas. A manutenção de um mesmo partido na prefeitura indica estabilidade e pode inferir ao deputado maior segurança para obter “credit claiming” no período eleitoral que lhe compete. A mensuração dos efeitos do recebimento de emendas se deu através de análises do comportamento eleitoral e mostrou o recebimento de emendas como um preditor do aumento de votos do prefeito eleito, de acordo com o índice de dominância eleitoral (VANHANEN, 2000), esse aumento indica uma queda na competição eleitoral da localidade. Serão realizados ainda estudos de correlação entre o recebimento de emendas e os indicadores sociais municipais IDH e Índice de Gini. Através disso será possível mensurar se há ou não utilização social das emendas e comparar os resultados com os modelos de racionalidade do voto já construídos. O estudo se projeta no campo das políticas públicas como uma maneira de mensurar a forma como a política orçamentária vem sendo empregada, considerando Laswell (1936), entendendo políticas públicas como quem ganha? Por que? E que diferença isso faz? Dessa forma se insere no contexto de conhecimento da dinâmica alocativa de recursos discricionários e colabora também com o entendimento do comportamento municipal.

Palavras-chave: emendas parlamentares; municípios; eleições;

1 Autora – Graduanda em Políticas Públicas pela UFRGS

2 Orientador – Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da UFRGS